



A CRISE POLÍTICA NO BRASIL: O PETROLÃO

Operação Lava-Jato – Política Federal e Crise na Petróbras

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548049-entenda-a-operacao-lava-jato-da-policia-federal.shtml>. Acesso em: 19 fev. de 2015.

Operação Lava-Jato é o nome da investigação da Polícia Federal que apura denúncias e esquemas de lavagem de dinheiro no Brasil. Iniciada em março de 2014, a operação se desenrolou a partir de investigações que tomaram uma rede de lavanderias e postos de combustíveis suspeitos de envolvimento em aproximadamente 10 bilhões de reais desviados a partir de esquemas de corrupção. Daí o nome Lava-Jato.

Descoberto o esquema de corrupção entre empresários, a operação estabeleceu conexões de desvio envolvendo a Petróbras e compra de refinarias no exterior, empreiteiras de projetos públicos e até mesmo políticos. A Operação, até 2015, já conta com 7 fases e um valor de R\$ 59 bilhões em contratos com a Petrobrás.

Fase inicial das denúncias e investigações, 2008

As denúncias que deflagraram o esquema de corrupção em altos escalões do governo e empreiteiras foi descoberto a partir de investigações que partiram de um empresário na cidade de Londrina, no Paraná. O então empresário Hermes Magnus denunciou à Polícia Federal e à Procuradoria Geral da República um esquema que supostamente envolvia lavagem de dinheiro comandada pelo então ex-deputado José Janene do PP-PR, morto em 2010, e o doleiro Alberto Youssef, braço direito do político.

Magnus então, empresário do ramo de componentes eletrônicos da Empresa Dunel Indústria e Comércio, teve primeiro contato com suspeitos quando tentavam lavar dinheiro através da contratação de fornecimento de equipamentos. Hoje Magnus, protegido da justiça, vive fora do país e depôs pela última vez para a justiça Brasileira em 2014.

Prisões

Buscando desmontar esquema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas a Polícia Federal indiciou no início da Lava-Jato 46 pessoas pelos crimes de formação de organização criminosa, crimes contra o sistema financeiro nacional e falsidade ideológica. Além das acusações, a PF ainda identificou um grupo brasileiro



especializado no mercado de clandestino de câmbio. Entre eles, encontrava-se o doleiro Alberto Youssef.

Natural de Londrina, estado do Paraná, o doleiro envolvido nas acusações da Lava-Jato começou a trabalhar como vendedor de Pastel e contrabandista de eletrônicos na fronteira do Brasil e Paraguai antes de virar cambista. Já havia sido preso 9 vezes, uma delas envolvendo o escândalo de envio de dinheiro para o exterior através do Banestado.

Preso o doleiro, o próximo na lista de acusados teria relações com a Petrôbras, apontada pela relação de dirigentes envolvidos em pagamento de propina a políticos e executivos de empresas que firmavam contratos públicos com a estatal. Com a prisão do doleiro, Paulo Roberto Costa, ex-diretor de abastecimento da estatal, também era investigado pelo MPF por irregularidades na compra da refinaria de Pasadena, nos EUA, em 2006. A refinaria trazia um prejuízo de 790 milhões de dólares (quase 2,5 bilhões de reais) aos cofres públicos.

Acordos de delação Premiada são assinados com o MP

No caso das prisões efetuadas pela Lava-Jato, é possível pela legislação brasileira o acordo entre as partes envolvidas de delação Premiada. O benefício em questão é concedido quando um criminoso envolvido (delator) aceita colaborar com as investigações ou entregar companheiros em troca de redução de pena, extinção da mesma ou até perdão judicial. A colaboração em troca de benefícios está prevista na Lei 12.850 de 2013. Pode ser proposta pela PF, MP ou até mesmo pela defesa do acusado.

No caso de Paulo Roberto Costa, poderia beneficiá-lo com cumprimento de pena em liberdade. O Acordo, negociado entre as três partes, estabelecia que as informações e depoimentos ocorressem em Curitiba na presença do delegado da PF, um procurador e um escrivão, além da defesa.

Para que a Delação Premiada tenha validade devem ser observados critérios que contenham a identificação dos demais co-autores dos crimes; revelar a estrutura hierárquica e a divisão de tarefas dos envolvidos; recuperar total ou parcial o produto dos crimes. Dependendo do teor das informações prestadas bem como do comprovação da veracidade das mesmas o benefício é concedido pelo Juiz.

De acordo com Paulo Roberto, deputados, senadores, governadores e até um ministro participavam do esquema de corrupção. Ainda admitiu ter recebido 1,5 milhão em propina pela compra da refinaria de Pasadena. Somente se comprovado todo esquema criminoso, Paulo Roberto terá direitos aos benefícios de delação



Premiada. Doleiro Youssef também firmou acordos de delação em troca de benefícios na pena.

As denúncias em caso de Delação feitas pelo réu devem ficar em sigilo, e até esse período permaneçam em posse do Juiz, do MPF e da PF. Até as denúncias de delação, CPI da Petrobrás, Petróbras, CGU e Presidente Dilma tentavam obter informações, todas negadas em instância de 1º grau e pelo MPF.

No STF, ministros negam pedido de CPI mista do Congresso para acesso de depoimentos de delação premiada. Segundo STF, impedimentos legais não permitem acesso ao público e nem a CPI. Relator da CPI, Marco Maia PT-RS, presidente da CPI Vital do Rêgo PMDB-PB, e o procurador da República Rodrigo Janot se reuniram com presidente do STF Ricardo Lewandowski para cobrar liberação de documentos para CPI. STF confirmar que parlamentares terão acesso a documentos, mas sem data para isso ocorrer. Ministros Lewandowski e Zavascki reiteram que acesso só poderá ocorrer quando homologação de denúncias forem feitas na Corte.

Senador Vital do Rêgo afirma que CPI não pode se tornar refém do processo e do MPF, sugerindo alterar legislação para facilitar acesso ao Legislativo de informações como essa. Alegações de que a oposição fará uso político de informações da Delação dificulta a liberação pelo STF de informações.

Documentos da Lava-Jato foram liberados, mas sem a delação de Paulo Roberto. Ministro da Justiça afirma que o executivo deve tomar consciência das acusações para tomar medidas necessárias e corretivas. Afirma ainda que "é tudo muito novo". Justamente por que é a primeira delação pública com foro privilegiado que chega ao STF.

Fonte: <http://www.penoticias.blog.br/index.php/politica/16531-ministro-do-stf-libera-documentos-da-lava-jato-a-cpi-da-petrobras-sem-a-delacao-de-costa>. Acesso em: 19 jan. 2015.

Operações da Lava-Jato

A operação cumpre mandatos de prisão e busca em apreensão em Curitiba e outras 16 cidades no Paraná. Na primeira fase, operações ainda contaram com mandatos em outras seis unidades: SP, RJ, DF, RS, SC e MT.

Em novembro de 2014, as operações buscaram outros alvos da operação de corrupção e lavagem de dinheiro. Foram mais de 20 pessoas presas, incluindo Renato Duque, ex-diretor de Serviços da Petrobrás. Outros executivos de empreiteiras que mantém contratos com a Petrobrás também foram presos.



Ex-diretor da área Internacional da Estatal, Nestor Cerveró, também foi preso após retornar de uma viagem a Londres e encaminhado a sede da PF em Curitiba. Recentemente teve sua prisão decretada pela PF e negado pedido de liberdade preventiva, tendo em vista a magnitude das informações, a transferência de bens para familiares de Cerveró e o fato de haver dupla cidadania para o ex-diretor são fatos mais que conclusivos que podem leva-lo a não querer cumprir pena de prisão.

Cerveró havia sido diretor da área internacional da Petróbras no período do governo Lula de 2003 a 2008. No Governo da Presidente Dilma assumiu a área financeira da distribuidora BR e permaneceu até sua demissão no início de 2014. Acusações de desvio de dinheiro para construção de navios-sonda, usados em perfuração de águas profundas, teriam sido relatados pelo executivo Júlio Camargo, que fez acordo de delação premiada e falou em números de 40 milhões de dólares.

Cerveró também estaria envolvido em outras questões sobre a compra da refinaria de Pasadena em 2006, momento que até então a direção do Conselho de Administração da Petrobras era presidido por Dilma Rouseff. O TCU, até metade de 2014, responsabilizara Cerveró e outros 9 diretores e ex-diretores pelos prejuízos na compra de Pasadena.

Esquema de corrupção

Segundo consta em depoimentos de delação dos 2 maiores acusados, o pagamento de propina da Petrobrás ia para executivos da empresa e também para atender partidos políticos como PT, PMDB e PP. Segundo os mesmos depoimentos, o doleiro Youssef era o responsável pelo esquema que permitiu uso de dinheiro para as eleições de 2010. Os partidos, porém, negam que segundo depoimentos tenham usado propinas de 3% de todos os contratos.

Em aproximadamente 9 meses de investigação (iniciada em Março 2014) a Lava-Jato já fez 88 réus e mais de 250 investigações abertas. Os trabalhos de investigação, portanto, estão apenas no começo e relegando assim julgamentos que ainda estão por acontecer, sem a condenação de nenhum réu até o presente momento das investigações.

FIQUE LIGADO! Afirmações que constem a condenação de réus estão, portanto, erradas ou equivocadas.

A operação da PF através da Lava-Jato já fez, através de Youssef, surgir o maior esquema de corrupção da história contemporânea do país, superando inclusive a ação Penal 470 que tramitou no STF e conhecida como Mensalão e que terminou com 24 condenados dos 38 réus em início de 2014.



A investigação permitiu dismantlar uma operação que levou as origens do "Petrolão", ligada a fraudes de licitação de empresas com a estatal. Em Pernambuco, a Refinaria Abreu e Lima foi suspeita de ter pago ao ex-diretor Paulo Roberto 8 milhões de reais através da Construtora Camargo Côrrea. Despontado o esquema de corrupção, o Procurador da República Rodrigo Janot foi motivado a constituir uma força-tarefa para revelar o esquema da operação. Somente Youssef já carrega 13 acusações criminais e Costa 7. Ao mesmo tempo, 6 das maiores empreiteiras do país tiveram seus sócios e executivos apontados como cúmplices do esquema de lavagem, foram elas: Camargo Côrrea, OAS, Mendes Júnior, UTC, Galvão Engenharia e Engevix. Além do cartel de empresas de engenharia, mais 17 empresas são investigadas pro fraude em contratos e licitações. Já soma-se mais de 55 mil páginas em 250 procedimentos de investigação diferentes.

Agora, portanto, os ministros ainda devem decidir se o envolvimento de Parlamentares nas denúncias de corrupção devem permitir que o caso seja julgado pela mais alta instância do poder Judiciário do País, o Superior Tribunal Federal, localizado na Praça dos 3 poderes em Brasília.

A partir de novembro de 2014 foi desencadeada a 7ª fase da Operação Lava-jato, cumprindo mandados de prisão de mais 25 pessoas. Desses 25, 23 haviam se entregado e 2 ainda estavam foragidos. O lobista Fernando Baiano se entregou e permaneceu foragido Adarico Negromonte Filho, irmão do ex-ministro das Cidades Mario Negromonte do PP-BA. Negromonte só se entregou quase no final de Novembro, 11 dias após ter sua prisão decretada. Essa nova fase contou com foco em executivos e funcionários de grandes empreiteiras que mantinham contrato com a Petrobrás.

Fonte: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/em-nove-meses-forca-tarefa-da-lava-jato-fez-88-reus>. Acesso em 20 jan. 2015.

Outras fontes: Informações sobre Programa Mais Médicos. Tema TJ-PR, prova 2014.

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/08/130814_mais_medicos_mdb